

Língua e Cultura: marcas línguo-culturais no léxico toponímico alagoano na produção do território de Igaci

Pedro Antonio Gomes de Melo^{1*} 

¹ Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) - Brasil

*Autor de correspondência: pedro.melo@uneal.edu.br

RESUMO

O estudo do ato de nomear aglomerados humanos e do seu produto – o topônimo – pode desvelar aspectos que estão ligados à dinâmica de organização territorial, às relações de poder social, econômico, político e ideológico etc., constituindo-se, portanto, em um acervo linguístico que revela conexões entre o ser humano e o processo de territorialidade materializado na língua. Por esse viés, esta pesquisa objetivou investigar as motivações que permeiam as relações discursivas no processo de nomeação dos povoados que constituem o território do município de Igaci, localizado na região agreste de Alagoas. Quanto aos aspectos teórico-metodológicos, trata-se de uma pesquisa descritiva de natureza teórica, de fonte primária coletada por meio de entrevistas, de vertente lexicológica de cunho bibliográfico, de abordagem qualitativa e inserida no paradigma emergente de ciência pós-positivista, e fundamentada pelos princípios teórico-metodológicos da Toponímia tradicional, em especial a proposta de categorização de Dick (1990, 2006; 2007), Isquierdo (2012), Isquierdo e Dargel (2020), em diálogo com as concepções de território, segundo Santos, Silveira (2002), Santos (2009), e de cultura, segundo Chauí (1995), Botelho (2001), Rocha, Almeida (2005). Os resultados apontaram que os aspectos da paisagem natural do espaço geográfico de Igaci – vegetação e hidrografia – se revelaram como fatores determinantes para a nomeação dos povoados do território igaciense, evidenciando a relação entre a sociedade (ação humana) e a natureza (ação ambiental), compreendidas como inseparáveis, traduzindo valores culturais que ligam identitariamente os indivíduos no espaço, moldando o território e edificando sentimentos de domínio, de pertencimento, de manifestação de poder.

PALAVRAS-CHAVE:

Linguística
Onomástica
Léxico toponímico
Territorialidade

SUBMETIDO: 29 de março de 2024 | **ACEITO:** 6 de agosto de 2024 | **PUBLICADO:** 21 de dezembro de 2024
© fólio - Revista de Letras 2024. Licença/Licence: [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Considerações iniciais

O nome de lugares habitados – subconjunto do acervo virtual e real de uma língua natural materializado no discurso do cotidiano – não apenas

identificam espaços geográficos sob uma dimensão pontual (localização espacial absoluta), mas descortinam uma intencionalidade discursiva do sujeito-nomeador de expressar efeitos de sentidos de domínio do território, de referência identitária, de conhecimento e até de manifestação de poder, uma vez que a toponímia é constantemente atravessada por determinados períodos e contextos históricos, que acabam por influenciar modificações, transformações, desusos e novas possibilidades de nomeação de lugares de acordo com cada época.

Pesquisadores que se ocupam de temas acerca do repertório toponímico já evidenciaram, muitas vezes, a importância desses estudos para a edificação e a obtenção de diversos conhecimentos que podem ser associados a várias áreas do saber. No entanto, investigações científicas relacionadas à toponímia de Alagoas, considerando o contexto histórico em que surgiu, em diálogo com elementos que permeiam as relações entre o território e a cultura, ainda são escassas, e as poucas pesquisas toponímicas realizadas no campo onomástico sobre topônimos alagoanos têm ficado restritas, quase sempre, ao público universitário.

Daí a justificativa desse estudo, pois pesquisar a prática de nomear lugares¹ em Alagoas, relacionando-o e integrando-o com as concepções de território e cultura em uma perspectiva discursiva é tecer novas práxis e novos saberes no campo da Toponímia, é compreender o processo histórico de composição da toponímia alagoana, é refletir epistemologicamente o espaço que vivemos, suas condições naturais, modificações territoriais e relações com práticas e intervenções humanas.

Sob esse olhar, este estudo descritivo, original e inédito, resultante de uma pesquisa de campo, objetiva apresentar as possíveis causas/motivações denominativas² que permeiam as relações discursivas no processo de nomeação dos povoados que constituem o território do município de Igaci,

1 Corroboramos com Relph quando diz “Lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiências e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança” (RELPH, 1979, p. 156).

2 Neste estudo, entendemos causa/motivação denominativa “como o motivo encontrado para o surgimento do topônimo que pode ser buscado por meio de uma pesquisa histórica acerca do nome analisado [...] Enfim, a causa denominativa revela o porquê de um lugar ter recebido um determinado nome e não a taxionomia a que pertence esse designativo, uma vez que a taxe, conforme Dick, envolve o significado do topônimo como signo de língua registrado em dicionários ou em uso comprovado no âmbito de um léxico regional (DARGEL; ISQUERDO, 2020, p. 241).

localizado na região agreste de Alagoas, e, conseqüentemente, revelar singularidades de um recorte da toponímia de aglomerados humanos do Brasil.

Para tal propósito, será analisado o funcionamento textual/discursivo de manifestações em enunciados produzidos por locutores (moradores igacienses) sobre as causas/motivações para as escolhas dos nomes dos povoados de Igaci, compreendendo estas construções como objeto constitutivamente dialógico, pondo em foco alguns aspectos discursivos e sócio-histórico-culturais a eles relacionados.

Metodologicamente, seguimos uma abordagem qualitativa, de fonte primária com objetivos descritivos e interpretativos, fundamentada pelos princípios teóricos da Toponímia tradicional, em especial; a proposta toponomástica de categorização de Dick (1990; 2006; 2007) em diálogo com as concepções de território e de cultura para buscar embasamento teórico-metodológico, a fim de subsidiar as análises que serão expostas adiante.

O *corpus* analisado é constituído por entrevistas gravadas com moradores dos povoados igacienses, durante o mês de abril de 2019, acerca da origem das motivações para os nomes dos povoados igacienses; elas foram gravadas em áudio e transcritas, seguindo as orientações e normas dos estudos conversacionais e o recorte denominativo é composto por seis nomes oficiais de seis povoados igacienses, inventariados na representação cartográfica da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas - SEPLAG (2024) junto ao Banco de Dados do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* - IBGE (2024), que, conforme o Censo Demográfico de 2022, correspondem uma parte dos povoados pertencentes ao território do município de Igaci, localizado no agreste alagoano, quais sejam: (1) *Caraibinha*, (2) *Coité das Pinhas*, (3) *Lagoa de Cadeirão*, (4) *Lagoa do Capim*, (5) *Lagoa do Félix* e (6) *Novo Rio*.

O universo da pesquisa:

o território de Igaci no espaço alagoano

O meio ambiente é tão completamente penetrado e reordenado pela vida sociocultural humana que nada mais pode ser chamado com certeza de apenas natural ou social. A natureza transformou-se em áreas de ação nas quais precisamos tomar decisões políticas, práticas e éticas (BECK; GIDDENS; LASH, 1997).

Dessa forma, logo que a ação humana interfere na natureza de determinado lugar, gera-se e promove-se o espaço geográfico. Ele é produzido através das práticas humanas, balizado pela organização social, política, cultural e econômica de determinada sociedade no decorrer do tempo histórico.

Nesse sentido, pensar o lugar e o seu processo de nomeação significa também discorrer sobre

[...] a história particular (de cada lugar), se desenvolvendo, ou melhor, se realizando em função de uma cultura/tradição/ língua/hábitos que lhe são próprios, construídos ao longo da história e o que vem de fora, isto é, que se vai construindo e se impondo como consequência do processo de constituição mundial (CARLOS, 1996, p. 20).

A seguir, apresentamos uma breve descrição do lócus desta pesquisa, compreendido como o território do município de Igaci, localizado na região do agreste de Alagoas, definido como um pedaço de terra apropriado pelos seus munícipes igacienses, dentro dos limites da jurisdição político-administrativa, ou seja, uma parte integrante do espaço, onde ocorrem relações/disputas de poder. Portanto, marcas de tais relações de poder podem estar materializadas nos nomes atribuídos aos seus seis povoados.

Do ponto de vista de sua geografia física, o espaço geográfico natural do referido município tem seus limites com os seguintes municípios: ao Norte, com Palmeira dos Índios (17 Km) e Estrela de Alagoas (28,1 km); ao Leste, com Belém (39,2 Km) e Taquarana (45,3 Km); ao Oeste, com Cacimbinhas (58 Km) e Major Isidoro (69,3 Km); ao Sul, com Arapiraca (27,8 Km), Coité do Nória (18,5 Km) e Craíbas (28,8 Km), e está inserido na região geográfica intermediária de Arapiraca, localizado na região imediata de Palmeira dos Índios do estado de Alagoas (SEPLAG, 2024).

O município apresenta um clima quente e úmido, registrando-se máximas de 30º e mínimas de 18º. O inverno começa normalmente em maio, terminando em agosto, apresentando um clima tropical.

De acordo com o IBGE (2024), do ponto de vista de sua geografia humana, o território de Igaci teve como fundador o português João de Lima Acioli, que deu início ao seu povoamento. Chegou ele nos meados do século XIX, implantando ali um sítio que teve grande desenvolvimento. Tendo em

vista o grande número de olhos d`água (fonte natural de água) existentes na região, o lugar foi denominado de Olho D` Água do Acioli.

Pelo fato de a água ser bastante abundante no local, inúmeras famílias de regiões atingidas frequentemente pelas secas fixaram-se ali suas residências. Seu maior incremento foi a partir de 1877, quando Alagoas sofreu uma de suas maiores estiagens. Exatamente pela fartura de água, grande parte de sertanejos deslocou-se para Olho D` Água do Acioli e, em pouco tempo, estava formado o primeiro aglomerado urbano do futuro município.

Em 1904, o povoado de Olho D` Água do Acioli foi elevado à categoria de Vila, como distrito judiciário de Palmeira dos Índios. A implantação da estrada de ferro pela *ex-Grewestern*, hoje Rede Ferroviária Federal do Nordeste, também contribuiu de forma decisiva para a afirmação econômica da vila. Nessa mesma época, teve o nome substituído para o topônimo Igaci, de origem tupi *y-assy*, que significa “rio pestilento, rio doente” (TIBIRIÇÁ, 1997).

O comércio atravessou por fase áurea no mesmo período, quando inúmeras 'boladeiras' (descaroçadores de algodão) foram instaladas aproveitando as safras generosas de suas lavouras. Aos poucos, porém, levados por vários fatores, seus proprietários acabaram fechando seus negócios, existindo apenas uma boladeira na atualidade.

A emancipação política de Igaci ocorreu em 27 dezembro de 1957, instalando-se oficialmente a 12 de janeiro de 1959, desmembrado do território de Palmeira dos Índios e integrado por um único distrito, o da sede, situação que ainda hoje permanece. O município tem duas principais festividades: a Emancipação Política e a festa da padroeira, Nossa Senhora da Saúde. Outro atrativo é o banho no rio Jacuípe.

Pelo exposto, procuramos contextualizar sucintamente o lócus dessa incursão toponímica na parte sul da antiga Capitania de Pernambuco (Capitania Nova Lusitânia), no Nordeste do Brasil, atual estado de Alagoas, mais especificamente, o município de Igaci.

Concepções de território, cultura e toponímia: uma relação de inclusão

A partir do pressuposto de que a linguagem é constitutivamente heterogênea, opaca, polifônica e dialógica, a palavra – signo ideológico por excelência – é, por definição, plurissignificativa, podendo abrigar vários

sentidos quando empregada por grupos sociais diferentes. Ela é ressignificada conforme seja utilizada por um ou por outro grupo social.

Buscaremos, por meio da conceituação de espaço geográfico, abarcar a categoria conceitual de Território e Cultura, fundamentais para a apreensão de fenômenos socioespaciais que se manifestam através dessa categoria, inclusive a prática linguístico-cultural de nomear lugares, objeto de estudo da Toponímia. Dessa forma, acreditamos pode mostrar a importância de aspectos discursivos e sócio-histórico-culturais na origem das motivações para os nomes dos povoados igacienses.

Primeiramente, ao pensar a noção de território, devemos considerar que os termos território e o espaço não são sinônimos, isto é, o espaço consiste num “conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2009, p. 21). Desta forma, o espaço geográfico pode ser conceituado como a parte da superfície da Terra onde ocorrem as interações entre o ser humano e o ambiente natural.

Em outros termos, o espaço é interpretado e dinamizado a partir de ações e práticas humanas, que, por sua vez, são impulsionadas pela natureza, se dando em uma relação recíproca de influências. Com efeito, os seis povoados igacienses, a saber: (1) *Caraibinha*, (2) *Coité das Pinhas*, (3) *Lagoa de Cadeirão*, (4) *Lagoa do Capim*, (5) *Lagoa do Félix* e (6) *Novo Rio* se caracterizam como espaços geográficos, uma vez que o ser humano interfere/interferiu na natureza desses lugares.

Por sua vez, território consiste numa “extensão apropriada e usada como nome político para o espaço de um país.” (SANTOS; SILVEIRA, 2002). Isso quer dizer que o território não existe sem o espaço geográfico. Com efeito, ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente, um ator ou um grupo de atores territorializa aquele espaço, transformando-o num território.

Como visto, a acepção de território se encontra ligada à demarcação de espaços delimitados, definidos, geralmente, a partir de fronteiras, visíveis ou não, formadas e motivadas por interesses sociais, políticos, econômicos, culturais, religiosos e geográficos, os quais podem ser transformados de acordo com dinâmicas sociais que produzem novos interesses e relações de poder.

Portanto, o território igaciense se constitui também em suas relações sociais projetadas nesses espaços habitados (povoados) e materializadas no ato de nomear lugares como uma prática verbal-geográfica de apropriação

territorial. Essa territorialização marcada no léxico toponímico, ao longo do tempo, se apresenta como um recurso importante para o reconhecimento da cultura e da historização de um espaço geográfico.

Na busca por definirmos uma concepção de cultura, diante da multiplicidade de interpretações e usos na contemporaneidade, partimos da definição de cultura como um sistema de signos e significados criados pelos grupos sociais, oriundo “[...] da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (BOTTELHO, 2001, p.2).

Dito de outra maneira, compreendida como o “resultado natural da interação entre o homem e a natureza e do homem com seus semelhantes” e como o “[...] resultado de seu mundo de acordo como o vivem, o percebem e o concebem” (ROCHA; ALMEIDA, 2005. p. 3). Assim, a cultura consiste numa teia de significados, num conjunto de tradições, conhecimentos e práticas e representações individuais e sociais, projetados na língua de um povo, inclusive determinando escolhas toponímicas.

É importante observar que, na relação natureza e cultura, quando pensamos no cenário geográfico natural como fator de motivação toponímica, a paisagem passa a depender da cultura do sujeito-nomeador que a percebe, sua individualidade e o contexto em que vive e a constitui, muitas vezes, de forma não transparente com a realidade.

Nesse sentido, cada indivíduo é único, constituído por experiências muito específicas e, no tempo e no espaço, apesar de partilhadas e com interligação entre si. Portanto, a paisagem é um produto cultural e possui uma relação de proximidade com o território, visto que a paisagem pode ser compreendida como uma unidade visível do território.

Nomear lugares é uma conduta natural e universal. Nesse contexto, situamos linguisticamente a noção de sujeito-nomeador como entidade psicossocial de caráter ativo e a linguagem como lugar de interação humana.

Devido ao papel imprescindível que o aspecto cultural desempenha na influência do comportamento das pessoas, as paisagens passaram a apresentar marcas culturais na sua configuração e a receber identidade particulares. Com efeito, essas marcas podem estar materializadas nos nomes atribuídos aos povoados, no caso deste estudo, nos topônimos designativos de povoados igacienses.

Neste estudo, adotamos o conceito de cultura como criação coletiva de símbolos, valores, ideias e comportamentos, “de modo a afirmar que todos os indivíduos e grupos são seres e sujeitos culturais” (Chauí, 1995, p.81). Assim, entendemos cultura como uma estrutura social que dá significado à nossa existência. Ela não é estática, mas sim dinâmica.

Ao tratarmos do campo da Toponímia (dos helenismos τόπος, ‘lugar’, e ὄνομα, ‘nome’, ou seja, etimologicamente, nome de lugar), pontuamos que se trata de uma área de estudo inserida no campo linguístico das Ciências do Léxico, que têm como objeto de análise o léxico toponímico, isto é, o “conjunto de unidades lexicais investidas da função de nome próprio de lugar que podem reunir formas do vocabulário comum, alçadas à categoria de topônimos” (Isquerdo, 2012, p. 116), buscando estudar a origem, motivação, variação e mudança dos nomes próprios de lugares.

Nas palavras de Dick (1990, p.19), a história dos nomes de lugares

[...] em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atuantes, que se inter cruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antropoculturais (DICK, 1990, p.19).

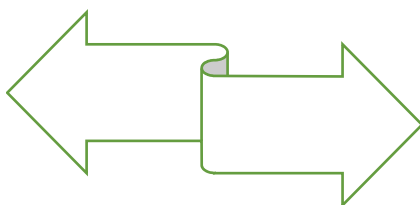
Na contemporaneidade, há uma expansão do seu escopo teórico, que partiu do campo geográfico para o linguístico, modificando, portanto, “[...] A relação de causa e efeito porque ‘nome e coisa nomeada’ passam a significar o mesmo dado, do ponto de vista semântico” (DICK, 2007, p. 144, grifo da autora).

A Toponímia se configura a partir do suporte de outros campos do saber, que possibilita uma troca de saberes e um mútuo enriquecimento, podendo, conforme a abordagem, apresentar um caráter interdisciplinar (observação da realidade realizada por meio da transferência de conhecimento de uma disciplina para outra), pluridisciplinar (observação da realidade realizada por várias disciplinas do conhecimento, havendo troca entre elas) transdisciplinar (observação da realidade realizada na interseção dos conhecimentos das disciplinas) ou multidisciplinar (observação da realidade realizada por disciplinas do conhecimento isoladamente), característica essencial para investigar as singularidades de um dado território. Assim, podemos compreendê-la como uma ciência interativa e sistêmica.

A escolha de nome próprio para nomear um lugar, no sistema onomástico, não se dá de maneira despropositada, neutra ou aleatória, mas intencional, que ocorre num contexto permeado por uma multiplicidade de sentidos que, por sua vez, fazem parte de um universo sócio-histórico-cultural que deve ser estudado pelo pesquisador-toponimista.

Isso sugere que há “[...] intenções bem delineadas, mas que se tornam menos claras considerando-se o seu esvaziamento semântico pelo decurso do tempo entre a criação do termo e o seu emprego cronológico” (DICK, 2006, p. 99). Seu produto resultante, o topônimo, apresenta “[...] força não apenas impositiva, mas identitária porque situa o objeto nomeado no quadro das significações, retirando-o do anonimato” (DICK, 2007, p. 143).

No plano mórfico em sua ordem linear, o signo toponímico é constituído por dois termos, quais sejam: i. elemento genérico ou vocábulo toponímico básico, que é relativo à entidade geográfica que vai receber a denominação identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes; ii. elemento específico, que é o topônimo propriamente dito, que individualiza a noção espacial nomeada.



Assim, por exemplo, nos signos toponímicos alagoanos: *Povoado Caldeirão, Rio São Miguel, Serra da Boa Vista*, há em suas disposições lineares, respectivamente, Povoado, Rio e Serra como termos genéricos e Maceió, Caldeirão, São Miguel e Boa Vista, como termos específicos, ou seja, os topônimos propriamente ditos.

Como exposto ao longo desta segunda seção, quando relacionamos a noção de território e de cultura à toponímia, percebemos suas interseções, pois os sujeitos-nomeadores não apenas externam pensamentos e sentimentos nas escolhas toponímicas, mas também atuam uns sobre os outros através da linguagem, revelando traços de condutas humanas sociais e culturalmente contextualizadas que remetem às intenções explícitas ou às veladas das relações de poder.

Apresentação dos dados:

fichas lexicográfico-toponímicas dos povoados de Igaci, AL

É relevante destacar que diferentemente dos estudos que discorrem sobre os nomes de municípios alagoanos que, geralmente, apresentam farta documentação escrita, os povoados e seus nomes, quase sempre, não têm registros bibliográficos para explicar suas origens e motivações toponímicas. Logo, essa pesquisa acerca dos nomes de alguns povoados igacienses se tornam de suma relevância, permitindo o registro e a (re)construção, de modo científico e sistemático, de saberes da toponímia regional de Alagoas que muitos desconhecem.

Em virtude disso, as histórias dos nomes dos povoados alagoanos se constituem numa memória toponímica que, normalmente, são contadas por populares, passadas de geração a geração que viveu no nascente povoado, na época, e foi sendo repassada por meio de relatos orais para outras gerações.

Por essa razão, as causas e motivações dos nomes analisados, nesta pesquisa, foram coletadas por meio de narrativas orais de moradores locais, através de pesquisa de campo realizada no município de Igaci/Alagoas, procurando mostrar como os aspectos culturais, históricos e linguísticos influenciaram nas motivações toponímicas dos nomes dos povoados estudados.

Em um primeiro momento, foram realizadas as entrevistas orais com moradores dos povoados estudados; depois, a transcrição das informações da pesquisa; em seguida, a descrição dos elementos culturais, toponímicos e linguísticos; posteriormente, a interpretação dos dados orais e, finalmente, a apresentação dos resultados alcançados por meio deste trabalho.

Essas narrativas são tratadas como “documentos”, conforme considerou Bolle (2010, p. 19), pois “têm origem em um determinado contexto histórico-social e carregam representações de uma coletividade”. Daí a relevância de um registro das narrativas de moradores antigos que contam a origem e as motivações toponímicas desses aglomerados rurais e que nos permitem a (re)construção das histórias social desses povoados alagoanos.

Cumprе ressaltar que, nesse contexto das narrativas orais dos moradores igacienses que foram de suma importância para o desvelamento de como possivelmente se originaram as motivações toponímicas dos nomes dos

povoados estudados, devemos considerar que a linguagem é de natureza social, portanto ideológica. Ela é constitutivamente polifônica e dialógica.

Dessa forma, a subjetividade se marca nesta pesquisa, pois o nomeador é um sujeito situado social e historicamente, e os topônimos, nomes comuns convertidos em nomes próprios designativos de lugar, remetem à intencionalidade do ser humano, em um determinado contexto cultural – compreendido como um sistema de valores e interesses a ele associado que permanecem firmados nos signos toponímicos.

Os seis nomes dos povoados de Igaci serão apresentados em fichas lexicográfico-toponímicas e analisados quanto ao significado de seus formantes e quanto às possíveis razões que teriam levado o sujeito-nomeador ou a comunidade àquela escolha. Para facilitar a leitura e a compreensão das fichas, apresentamos, a seguir, um modelo, seguido de uma sucinta descrição de cada um de seus constituintes.

Quadro 2: Modelo adaptado de Dick (2007): fichas lexicográfico-toponímicas

Topônimo – Esse item traz o nome atual e oficial do povoado do município de Igaci/Alagoas, levantado junto à base de dados do IBGE (2024) e da SEPLAG (2024).
Etimologia – Esse item traz a origem etimológica do topônimo, apresentando uma explicação de seu significado por meio da análise diacrônica dos elementos que o constituem, conforme consulta em dicionários especializados como: Cunha (2010); Guérios (1981); Tibiriçá (1997).
Taxonomia – Esse item traz a taxa de categorização do topônimo, essa taxonomia permite caracterizar os nomes dos povoados com maior segurança do ponto de vista semântico, partindo de sua natureza física ou antropocultural. (DICK, 1990).
Estrutura Morfológica – Esse item traz uma descrição morfológica do topônimo, caracterizando-o a partir da morfologia estruturalista. Para a análise mórfica dos nomes, utilizamos as seguintes siglas: MGD = morfema gramatical derivacional; MGF = morfema gramatical flexional; ML = morfema lexical; VT= vogal temática; NAt = nome atemático.
Nota – Esse item traz o levantamento da história do povoado e das possíveis causas e motivações dos nomes a ele atribuídos a partir de relatos orais de moradores locais, que eles acreditam ser a versão verdadeira. Assim sendo, estes discursos vão sendo apreendidos nesse espaço de representações e lugares do imaginário simbólico coletivo.
Fonte – Esse item traz as fontes de consultas (informantes, autores, obras e sites), nos quais as pesquisas foram realizadas.

Fonte: Autor (2024).

As fichas lexicográfico-toponímicas são necessárias para a interpretação dos designativos das localidades, em virtude de conter vários campos conceituais (localização, etimologia, informações lexicais e enciclopédicas

etc.), que fornecem dados relevantes sobre cada nome de povoado. Daí a importância de considerarmos também questões mais abrangentes de natureza extraverbal nas análises dos nomes dos povoados, possibilitando uma melhor compreensão dos processos denominativos expressos na toponímia de aglomerados humanos de Alagoas.

A. Os fitotopônimos

Os fitotopônimos são nomes de lugares que fazem alusão à flora, em geral, de índole vegetal, em sua individualidade ou em conjunto. Nesse grupo de topônimos, evidenciamos a intencionalidade do sujeito-nomeador associada à descrição de espécies de árvores em sua individualidade, como em (1) *Caraibinha*; ou à descrição do fruto da árvore (2), como em *Coité das Pinhas*. A caraibinha é uma vegetação comum na região em que o território do município está alocado, materializando, no léxico toponímico, traços das especificidades naturais da flora igaciense.

Ficha lexicográfico-toponímica 01:

Povoado de Caraibinha [caraibense; tup.; simples]

Localizado na região geográfica intermediária de Arapiraca, região geográfica imediata de Palmeira dos Índios, município de Igaci. Topônimo classificado como Fitotopônimo. Constituído por ML caraib- + MGD -inha. Etim. sf. do tup. *carayba* 'árvore da família das bignoniáceas' (TIBIRIÇÁ, 1985).

Nota: A região onde está localizado o povoado Caraibinha é resultado de uma doação de terra feita por um senhor conhecido como Zé Vaqueiro. Segundo à versão popular, a motivação desse topônimo está relacionada a dois pés de árvores, denominados de caraibeiras - também conhecida como Craibeira, caraíba ou caraibeira, localizados às margens de uma lagoa no terreno da família de Zé Vaqueiro e serviam como referência espacial para o lugar. Daí o local ser conhecido como Caraibinha. Nos dias de hoje, a lagoa, que era utilizada pela população, ainda pode ser encontrada na comunidade, porém não é mais possível ver as citadas árvores. Contudo, se tornou um costume denominar o **povoado de Caraibinha**, nome que permanece até os dias de hoje.

Fonte: Relato oral de moradores nativos (2019).

Ficha lexicográfico-toponímica 02:

Povoado de Coité das Pinhas [pinhense; tup. + lat.; híbrido]

Localizado na região geográfica intermediária de Arapiraca, região geográfica imediata de Palmeira dos Índios, município de Igaci. Topônimo classificado como Fitotopônimo. Constituído por ML/NAt coite, f. dep. de + -a = da + MGFs = das, ML pinh- + VT -a + MGF -s. Etim. sm. do tup. *cui-té* 'cabaça usada como recipiente' (TIBIRIÇÁ, 1997), s.m. do lat. XVI *pineae* 'fruto do pinheiro' (CUNHA, 2010).

Nota: O povoado Coité das Pinhas surgiu a partir da vinda de seu primeiro morador, o senhor Beijamim Rocha Pereira. Ele chegou com a família da cidade de Limoeiro de Anadia/Alagoas e fixou moradia nas terras onde hoje se localiza o atual povoado de Coité das Pinhas. A motivação do nome do lugar faz alusão à flora da região que, na época, era abundante em pés de pinhas. Segundo relatos de moradores, no início do povoamento do lugar, havia muitos pés de pinhas e um grande pé de coité - um arbusto comum na região. Daí os moradores passaram a denominar o **povoado de Coité das Pinhas**, em menção à presença dessa árvore que servia com referência espacial. Dessa forma, o esse topônimo permaneceu até os dias de hoje.

Fonte: Relato oral de moradores nativos (2019).

Nessa direção, identificamos, em língua indígena, a valoração de árvore³ e fruto⁴ como referenciais denominativos desses lugares, não apenas descrevendo-os de forma objetiva, mas traduzindo uma visão dos aborígenes e/ou de seus colonizadores em relação aos aspectos da paisagem natural de dadas áreas territoriais de Alagoas.

Nessa perspectiva, podemos entender o léxico toponímico como um importante meio de identidade de que dispõe uma população e, por essa razão, ocupa um lugar de destaque na cultura de um povo. Nesse caso, ele materializa linguisticamente elementos atuantes, que se inter cruzam e revelam especificidades do território igacienses

Vale sinalizar que esses dois topônimos de origem indígena já estão integrados ao português brasileiro e que, na época do batismo dos povoados, eles provavelmente já não se configuravam como nomes transparentes para a maioria da população, constituindo, portanto, fósseis linguísticos, servindo como heranças vivas que mantêm vestígios de antigas culturas locais.

B. Os hidrotopônimos

Os hidrotopônimos são nomes de lugares que fazem alusão ao elemento água e acidentes hidrográficos em geral. Nesse grupo de topônimos, identificamos três nomes de povoados: (3) *Lagoa do Caldeirão*, (4) *Lagoa do Capim* e (5) *Lagoa do Félix*. Como podemos atestar, todos apresentaram o nome “Lagoa” com apenas um elemento/determinante diferenciador.

3 Caraibinha faz alusão à árvore caraibeiras - também conhecida como craibeira, caraíba ou caraibeira. É um nome de origem tupi: *carayba* ‘árvore da família das bignoniáceas’ (TIBIRIÇÁ, 1997).

4 Coité é o fruto dos pés de coitizeiros, é um nome de origem tupi: *cui-eté* ‘cabaça usada como recipiente’ (TIBIRIÇÁ, 1997).

No conjunto dos nomes relativos ao elemento água e acidentes hidrográficos em geral, os hidrotopônimos, evidenciamos uma tendência para o emprego dessas denominações em território igaciense, demonstrando a valoração do recurso vital água como motivação toponímica. E, em função disso, observamos que esses vínculos denominativos se realizaram em duas esferas complementares em que o elemento água se sobressai, quais sejam: lagoa e rio.

Nos casos desses três nomes de povoados, consideramos que o termo genérico 'lagoa' se toponomizou em seus signos toponímicos: Povoado *Lagoa do Caldeirão*, Povoado *Lagoa do Capim* e Povoado *Lagoa do Félix* como termo específico, ou seja, o topônimo propriamente dito, em seu uso cotidiano, na produção e organização do espaço geográfico alagoano. Daí sua categorização como hidrotopônimo.

Ficha lexicográfico-toponímica 03:

Povoado de Lagoa do Caldeirão [caldeirense; lat.; composto]

Localizado na região geográfica intermediária de Arapiraca, região geográfica imediata de Palmeira dos Índios, município de Igaci. Topônimo classificado como Hidrotopônimo. Constituído por ML lago- + VT -a, f. dep. de + o = do, ML cald- + MGD -eir + MGF -ão. Etim. do lat. XIII lacuna, de *lacus* 'porção de água circundada por terras', sm. do lat. XVI *caldarius* 'alimento líquido à base de água' (CUNHA, 2010).

Nota: O início do povoado Lagoa do Caldeirão está ligado à história de um homem chamado José Camilo Pereira da Fonseca, mais conhecido pelo apelido de seu Cazuzo. Ele era um vendedor de cachaça de engenho e rapadura. De acordo com relatos de moradores locais, o Sr. Cazuzo chegou de burros carregados dessas mercadorias, desde a região do Município de Boca da Mata, para Palmeira dos Índios. Ao chegar ao lugar, que hoje é conhecido como povoado Lagoa do Caldeirão, Cazuzo achou que ali era uma boa região para se estabelecer e negociar seus produtos, pois acabara de ficar viúvo e com oito filhos para criar. Juntamente com ele, também chegou a sua irmã, Josefa Barbosa da Silva, conhecida como dona Sinhá, esta, por sua vez, trazia dez filhos consigo. No lugar, onde eles decidiram se fixar, havia uma lagoa, que até hoje pode ser vista no atual povoado, e próximo a lagoa existiam alguns pés de caldeiro (um tipo de vegetação que tem o fruto em formato de vaso utilizado para se retirar água). Nesta lagoa, que tinha uns "pés de caldeirão", como os moradores nativos chamam essa espécie de árvore, dando ênfase ao tamanho do fruto, Cazuzo e a família davam água aos animais. Com o passar do tempo, tornou-se um costume denominar o **povoado de Lagoa do Caldeirão**, nome que permanece até os dias atuais.

Fonte: Relato oral de moradores nativos (2019); Melo (2015).

Ficha lexicográfico-toponímica 04:

Povoado de Lagoa do Capim [capiense; lat. + tup.; híbrido]

Localizado na região geográfica intermediária de Arapiraca, região geográfica imediata de Palmeira dos Índios, município de Igaci. Topônimo classificado como Hidrotopônimo. Constituído por ML lago- + VT -a, f. dep. de + o = do, ML/NAt capim. Etim. sm. do lat. XIII, lacuna, de *lacus* 'porção de água circundada por terras', sm. do tup. *ka'pii* 'nome de diversas plantas das famílias das gramíneas e das ciperáceas; erva, mato em geral' (CUNHA, 2010).

Nota: Conta a história popular, que os irmãos José Vicente Ferreira da Silva e Manuel Vicente Ferreira da Silva, chamados popularmente de Zé Vicente e Mané Vicente, foram os fundadores do povoado Lagoa do Capim. Segundo relatos de populares, José e Manuel compraram algumas terras na região e começaram a desenvolver o seu povoamento, o crescimento do lugar atraiu novos moradores para a região. A motivação do nome Lagoa do Capim faz alusão a uma lagoa existente na região, na época, onde surgiu o aglomerado humano, esse acidente hídrico era cercado por uma grande vegetação de capim. Por conseguinte, os habitantes locais utilizavam a lagoa para dar água ao gado, já o capim, tipo de gramínea usada como forragem para o gado, era usado como alimento pelos bovinos. Em razão disso, tornou-se um costume denominar o **povoado de Lagoa do Capim**, nome que permanece até os dias de atuais.

Fonte: Relato oral de moradores nativos (2019).

Ficha lexicográfico-toponímica 05:

Povoado de Lagoa do Félix [felixtense; lat.; composto]

Localizado na região geográfica intermediária de Arapiraca, região geográfica imediata de Palmeira dos Índios, município de Igaci. Topônimo classificado como Hidrotopônimo. Constituído por ML lago- + VT -a, f. dep. de + o = do, ML/NAt Felix. Etim. sm. do lat. XIII, lacuna, de *lacus* 'porção de água circundada por terras' (CUNHA, 2010), sm. do lat. '*feliz*' (GUÉRIOS, 1981).

Nota: Diz a tradição local que, antigamente, um senhor chamado Félix, primeiro morador do povoado, viu a necessidade de se construir uma lagoa (açude) para utilização do trabalho no campo. Os moradores locais também utilizavam essa fonte de água e passaram a chamá-la de Lagoa do Seu Félix. Com o passar do tempo, devido ao desenvolvimento do lugar, a localidade foi denominada de **Lagoa do Félix**, fazendo alusão à lagoa artificial que ficava nas terras do seu Félix. Em razão disso, tornou-se um costume denominar o **povoado de Lagoa do Félix**, nome que permanece até os dias de hoje.

Fonte: Relato oral de moradores nativos (2019).

Nesse contexto, ressaltamos que, de modo geral, a ocupação do homem em um dado território apresenta forte ligação com os cursos d'água natural ou artificial, sendo, às vezes, os primeiros elementos do meio ambiente natural a serem batizados no nascedouro de um aglomerado humano, podendo até se toponimizar no próprio nome da localidade, como aconteceu, por exemplo, nos nomes dos povoados analisados.

Nesse sentido, percebemos que os nomes identificados no *corpus* analisado, em geral, designam lugares que se formaram, inicialmente, à

margem de cursos d'água (lagoa ou rio) já existentes ou construído pela ação humana no território igaciense, viabilizando a vida social do lugar.

C. Os cronotopônimos

Os cronotopônimos são nomes de lugares que fazem alusão a indicadores cronológicos representados pelo adjetivo novo(a). Nesse grupo de topônimos, identificamos um nome de povoados: (6) *Novo Rio*.

No caso desse cronotopônimo, evidenciamos que ele traz a marca da dinâmica toponímica em consonância com a alteração na história cronológica do povoamento desse espaço geográfico, pondo em foco uma nova perspectiva por parte do sujeito-nomeador, num tempo e num espaço determinados, em relação ao lugar que deu origem ao povoado Novo Rio.

Ficha lexicográfico-toponímica 06:

Povoado de Novo Rio [novo-riense; lat.; composto]

Localizado na região geográfica intermediária de Arapiraca, região geográfica imediata de Palmeira dos Índios, município de Igaci. Topônimo classificado como Cronotopônimo. Constituído por ML nov- + VT -o, ML ri- + VT -o. Etim. adj. do lat. XIII *novus* -a 'moço, jovem', 'original' 'de pouco uso', sm. do lat. XIII *rīvus* -ī 'curso de água natural' (CUNHA, 2010).

Nota: Diz a tradição que o primeiro habitante do povoado Novo Rio foi o senhor Bartolomeu. Ele veio de Portugal em 1850 e alojou-se em Garanhuns/ PE Logo depois, veio para a região alagoana que se tornaria o povoado Novo Rio. O nome primitivo do povoado foi o hidrotopônimo Rio Morto, cujo nome fazia alusão a um rio da região. De acordo com relatos de moradores antigos: “esse rio tinha um braço e formava um ‘S’”. Com o passar do tempo, houve a mudança toponímica para o hagiopônimo São Sebastião, em homenagem ao santo padroeiro do lugar. Em 1980, foi instalada a rede de energia elétrica no local, então, o poder político local, na época, sugeriu o nome de Novo Rio, em referência ao novo (re)começo que o povoado teria. Em razão disso, tornou-se um costume denominar o **povoado de Rio Novo**, nome que permanece até os dias de hoje.

Fonte: Relato oral de moradores nativos (2019).

No caso do cronotopônimo Novo Rio, percebemos que, apesar das mudanças toponímicas: *Rio Morto* > *São Sebastião* > *Novo Rio*, o sujeito-denominador optou por “reutilizar” um nome que já existia no local para indicar nova fase da história dele ou para diferenciar do topônimo já existente anteriormente.

Temos aqui um caso de toponomização de um acidente físico, o rio, toponimizado no próprio nome do povoado, Novo Rio, em cujas margens o aglomerado humano se formou. Nessa escolha toponímica, percebemos a

subjetividade constituída a partir de interações com os campos econômicos (fatores que integram a materialidade da vida, a condição de classe etc.) e políticos (condição daqueles que governam e da forma como as pessoas se articulam no espaço democrático).

É importante enfatizar que a toponímia de uma região não se caracteriza como um corpo de conhecimentos fixo, estanque, rígido e exato, mas como prática social fundamentalmente marcada pelo dialogismo e afetada por fatores históricos e sociais, isso é, uma prática ideológica que reflete e refrata os processos históricos de articulação das relações sociais.

Sendo assim, as motivações e as causas toponímicas aqui apresentadas estão associadas a uma possível representação, por meio de uma memória individual e coletiva. Isso ocorre porque não há uma documentação escrita que seja capaz de mostrar, exatamente, como se deu, as intenções e as origens toponímicas dessas comunidades.

Análise e discussão:

motivações dos nomes dos povoados igacienses

Inicialmente, é válido destacar que as informações relatadas pelos informantes (moradores nativos dos povoados) são representações de uma possível realidade da comunidade em estudo, pois “indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade” (PESAVENTO, 2012, p. 39).

Assim, toda representação trata de uma possibilidade de acontecimento em determinado período histórico. Por isso, entendemos que o entrevistado refaz a linha do tempo e cria uma representação do que ele entende ser a real história do povoado Caraibinhas. É por meio do relato oral e dessa provável representação que se pode construir um possível entendimento de como surgiu esse topônimo.

Esses seis aglomerados humanos rurais evidenciam suas histórias. Com efeito, suas motivações toponímicas não poderiam se dar fora do contexto no qual eles estão inseridos. São lugares ricos culturalmente, são arquivos de memórias passadas. Portanto, esses povoados são espaços que preservam o passado de seu povo e conserva a história para as gerações posteriores; assim, essa preservação semântica pode ser observada diretamente nesses signos toponímicos atribuídos a esses de lugares.

Ao olharmos para a rede toponímica dos nomes desses povoados igacienses, inferimos que o elo que une esse acervo é a ideia de articulação entre natureza e sociedade no processo de nomeação/apropriação de lugares por grupos antrópicos, em que os indivíduos convivem, constituindo sua cultura e cujo topônimo deriva de determinadas condições de produção.

A cultura é formada pelos diversos fatores que estão na sociedade, envolvendo os aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais. Nessas áreas são produzidas ideias, conceitos e discursos. Logo, entendemos que esses nomes não representam, linguisticamente, apenas o sentido geográfico de localização, mas propõem efeitos de sentidos para a interpretação da relação homem-natureza, na qual o sujeito-nomeador exalta particularidades da paisagem do espaço geográfico do município de Igaci.

Nessas escolhas toponímicas, a subjetividade está presente e pode ser compreendida como aspectos internos, íntimos do sujeito-nomeador e/ou de grupos sociais por ele representados. Ela gira em torno das vivências, necessidades e interesses que envolvem o modo como o sujeito-nomeador se relaciona consigo mesmo, com o lugar e com os outros, como ele interpreta o mundo em que vive, por meio de suas emoções, sentimentos e pensamentos.

Desse modo, pontuamos que esses topônimos traduzem saberes locais sobre os povoados igacienses por meio do detalhamento de aspectos naturais desses lugares destacados e replicados na medida em que esses nomes são usados na vida em sociedade.

A escolha, a mudança ou a permanência desses nomes de povoados se mostraram ligados a episódios alusivos ao mundo extralinguístico. As histórias e/ou estórias populares sobre esses sentidos se cristalizaram na tradição oral dos moradores locais, atuando como meio de construção de conhecimentos sobre o homem e sua relação circundante, fortalecidas em uma memória toponímica.

Além disso, a análise desse recorte toponímico nos revelou uma tendência da toponímia brasileira, e mais especificamente no contexto da alagoana, já atestada na pesquisa de Melo (2018) sobre os nomes dos municípios alagoanos. Essa tendência consiste em escolhas toponímicas fundamentadas em um contexto bem definido: a exaltação das riquezas naturais da região – vegetação e hidrografia, que levariam à construção de um importante e significativo sentimento de pertença sobre os povoados em questão.

Como visto nas fichas, as motivações desses topônimos se pautaram na valorização de elementos naturais da paisagem, fazendo alusão à vegetação por meio dos nomes *Caraibinha* e *Coité das Pinhas* e à hidrografia por meio dos nomes: *Lagoa do Caldeirão*, *Lagoa do Capim*, *Lagoa do Félix* e *Novo Rio*, constituindo-se em elementos identitários, que demarcam um campo de valores e práticas, na apropriação do território igaciense.

Cumprido ressaltar, ainda, que a paisagem é marcada pelo visível e pelo material, no entanto, ela não se configura de forma estática, pois está em constante processo de transformação e mutação. Sendo assim, podemos dizer que esses povoados se caracterizam não apenas como locais espaciais, físicos e concretos que permitem aos moradores experimentarem a realidade tátil, mas como lugares de experiência, nomeados e descritos com uma simplicidade contundente por meio do reconhecimento e da valorização das relações afetivas desenvolvidas por sujeitos e grupos sociais com o meio ambiente.

Desse modo, o lugar resulta de sentidos construídos pelas vivências individuais e coletivas e por referenciais afetuosos elaborados no decorrer dessas vivências. Assim, ao conceber e englobar espaços em que se estabelecem vínculos sociais afetivos, o lugar encontra referências particulares e valores que conduzem diversas maneiras de captar o espaço geográfico. Logo, o lugar pode ser compreendido pela ótica das percepções emotivas e por meio do compartilhamento cotidiano das dinâmicas e experiências afetuosas entre populações e organizações institucionais.

Como exposto, destacamos que esta análise pôde recuperar as prováveis razões/causas para a adoção de alguns topônimos de povoados igacienses, revelando aspectos locais cristalizados nos nomes escolhidos. Tais topônimos carregam valores que podem ser perpetuados, como esclarece Siqueira (2011, p.124), eles “[...] podem revelar traços culturais da memória e da identidade de um povo mediante as particularidades cristalizadas no termo toponímico”. Como visto, ao longo desta discussão, os nomes dos povoados igacienses traduzem uma representação aproximativa do real, quer seja no momento em que foram escolhidos, quer seja por características geográficas do lugar ou por escolha objetiva do sujeito-nomeador.

Considerações finais

Como visto ao longo deste estudo, os espaços geográficos historicizados (aqui circunscritos aos povoados igacienses) são portadores de memórias que, ao longo da sua história, criam um espírito de comunidade e pertencimento. Por conseguinte, é partir da observação da interação homem-natureza e das histórias impressas nessas memórias que o pesquisador interpreta os meandros do processo de nomeação de aglomerados humanos.

Por conseguinte, evidenciamos, neste estudo toponímico, a materialização do discurso do sujeito-nomeador por meio da presença de marcas de discursividade nos nomes legados à representação de elementos da paisagem natural - flora e recurso hídrico - do território em questão.

No caso do recorte toponímico aqui analisado, evidenciamos a relação entre a sociedade (ação humana) e a natureza (ação ambiental), compreendida como dimensões inter-relacionadas e não polarizadas. E ainda, que o conjunto dos nomes de povoados de Igaci é resultante das imbricações desse elo humano e ambiental, levando-se em consideração principalmente os referenciais hidrotponímicos e fitotponímicos da região onde estão inseridos os aglomerados humanos rurais em tela.

Após a análise do mini-*corpus* constituído, os resultados indicaram que, no processo de nomeação de lugares habitados, a partir da percepção do sujeito-nomeador em direção ao seu contexto circundante, a paisagem natural se agrega a aspectos culturais, econômicos e territoriais, repercutindo nas escolhas toponímicas.

Com efeito, dentro do grupo dos nomes de categorias de natureza física analisado, observamos que os referenciais hidrológicos e fitológicos se revelaram os mais produtivos na prática denominativa dos povoados. Isso mostra a preferência do sujeito-nomeador por elementos naturais básicos do seu ambiente circundante, em especial, os da vegetação e os do elemento água, confirmando, assim, tendências toponímicas já demonstradas em outros estudos sobre a toponímia brasileira.

Finalizando este artigo, esperamos que este estudo toponímico de vertente lexicológica possa contribuir para posteriores pesquisas linguísticas sobre o léxico toponímico brasileiro, em seu recorte alagoano, colaborando para uma melhor compreensão da Língua Portuguesa do Brasil, em sua formação, sua estrutura e seu funcionamento.

Referências

- ALAGOAS. *Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio* (SEPLAG). Disponível em:
https://dados.al.gov.br/catalogo/zh_CN/dataset/municipio-de-feira-grande.
- BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
- BOLLE, W. História e memória, metodologia da história oral. In: DELGADO, L. A. N. (org.). *História oral: memória, tempo, identidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 15-31.
- BOTTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001.
- BRASIL. *Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística (IBGE)*. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al/feira-grande.html>.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. São Paulo: *Estudos Avançados*, n. 9, v. 23, p.71-84, 1995.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício; ISQUERDO, Aparecida Negri Isquerdo. A macro-toponímia dos municípios sul-mato-grossenses: mecanismos de classificação semântica. In: ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.) *Toponímia: tendências toponímicas no estado de Mato Grosso do Sul*, v.2 [recurso eletrônico] Campo Grande: Ed. UFMS, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3549>. Acesso em: 01 fev.. 2024.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. *Trama*, n. 3, v.5, p. 141-155, 2007. DOI:
<https://doi.org/10.48075/rt.v3i5.965>.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Fundamentos teóricos da toponímia. Estudo de caso: o projeto ATEMIG - Atlas toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas toponímico do Brasil). In:

- SEABRA, M. C. T. C. (Org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte, : UFMG, 2006. p. 91-118.
- GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 3 ed. rev. e aum., São Paulo: Ave Maria, 1981.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (org.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. v. VI. Campo Grande : Editora da UFMS, 2012, p. 115-139.
- MELO, Pedro Antonio Gomes de. O nome de lugar: possíveis sentidos atribuídos aos topônimos de povoados de Alagoas. In: *Odisseia*, Natal, RN, n. 14, p. 69-89, jan.-jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/9699/6937>.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História*. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2012.
- RELPH, Zech C. As bases fenomenológicas da geografia. *Geografia*, n. 4, v. 7, p. 1-25, 1979.
- ROCHA, Lurdes Bertol; ALMEIDA, Maria Geralda. Cultura, mundo-vivido e território. In: *Anais do Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente*. Londrina: UEL, 2005. Disponível em: <http://geografiahumanista.files.wordpress.com/2009/11/lurdes.pdf>.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SIQUEIRA, K M F. Estudo toponímico: âmbitos e perspectivas de análises. *REVEL*, v.9, n.17, 2011. Disponível em: <http://www.revel.inf.br>.
- TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi: significado dos nomes geográficos de origem tupi*. 2.ed. São Paulo : Traço, 1997.

ABSTRACT: The study of the naming of places and its product – the toponym – can reveal several aspects materialized in the language linked to the production of a territory. From this perspective, this research aimed to investigate the motivations that permeate the discursive relationships in choosing the names of villages in the territory of the municipality of Igaci/Alagoas. This is research of a theoretical nature, with a qualitative-

quantitative approach, inserted in the emerging paradigm of post-positivist science and based on the basic theoretical-methodological principles of traditional Toponymy, especially Dick's categorization proposal (1990; 2006; 2007); Isquerdo (2012); Isquerdo & Dargel (2020.) in dialogue with the conceptions of territory (SANTOS, SILVEIRA, 2002; Santos, 2009), and culture (CHAUÍ, 1995; BOTTELHO, 2001; ROCHA, ALMEIDA, 2005.) The results showed that the aspects of the natural landscape of the geographic space of Igaci - vegetation and hydrography - were revealed as determining factors for the naming of the villages in the Igaciense territory, highlighting the relationship between society (human action) and nature (environmental action), understood as inseparable, translating cultural values that link individuals in this space in Alagoas, shaping the territory and building feelings of dominance, belonging, and manifestation of power.

KEYWORDS: Linguistics; Onomastics; Toponymic lexicon; Territoriality.